

abpi.empauta.com

Associação Brasileira da Propriedade Intelectual
Clipping da imprensa

Brasília, 03 de novembro de 2022 às 08h02
Seleção de Notícias

O Estado de S. Paulo | BR

Patentes

A inovação precisa avançar	3
---	----------

A INOVAÇÃO PRECISA AVANÇAR | EDUARDO CALDERARI

Exame.com | BR

01 de novembro de 2022 | Inovação

Como a iniciativa privada pode alavancar descoberta de novos medicamentos	5
--	----------

Folha.com | BR

01 de novembro de 2022 | Patentes

CNI quer política para evitar desmantelamento do setor	7
---	----------

PAINEL

A inovação precisa avançar

A INOVAÇÃO PRECISA AVANÇAR

É necessário discutirmos os critérios de incorporação de novas tecnologias no Sistema Único de Saúde (SUS)

Eduardo Calderari

A discussão sobre a melhoria de acesso a diagnósticos e tratamentos de pacientes nos sistemas de saúde no Brasil ganhou força nos debates públicos nos últimos anos e tem engajado parlamentares e gestores públicos em busca de soluções para um desafio bastante complexo, que é equilibrar as limitações dos sistemas de saúde e a necessidade de atender adequadamente às demandas dos pacientes. Com o avanço das tecnologias da saúde e, conseqüentemente, com custos cada vez mais altos, essa tem sido uma conta cada vez mais difícil de fechar e que exige a contribuição de todos os atores do setor.

Um dos debates que ganhou força recentemente é a respeito do uso de limiares de custo-efetividade para a avaliação de incorporação de novas tecnologias no Sistema Único de Saúde (SUS). Esse mecanismo avalia a relação entre o custo de uma tecnologia e o ganho em saúde gerado por ela no SUS.

O assunto vem sendo discutido com mais afinco desde julho deste ano pela Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias (Conitec), quando realizou uma consulta pública sobre o tema (a CP n.º 41/2022). Após a audiência pública promovida pelo Departamento de Gestão e Incorporação de Tecnologias em Saúde (DGITS/SCTIE/MS) em 22 de agosto e após pautar a 112.ª Reunião Ordinária da Comissão em 31 de agosto, a Conitec recomendou a aprovação da proposta de uso de limiares de custo-efetividade em 21 de setembro.

A **Associação** da Indústria Farmacêutica de Pesquisa (**Interfarma**) esteve presente na audiência pública de 22 de agosto e vem se posicionando a respeito da decisão, alertando sobre a necessidade de com-

preender melhor a sua forma de utilização, os pesos sobre os fatores dados, sua metodologia de aplicação, seu uso enquanto instrumento jurídico e, principalmente, os impactos que serão gerados da maneira proposta e aprovada.

É fundamental que esse debate não se restrinja a um pequeno grupo, mas que alcance os diversos atores da cadeia e que seja possível considerar os inputs ou reflexões destes outros atores para que a recomendação contemple uma metodologia mais clara e mais bem estruturada. A **Interfarma** esteve presente na consulta pública e na audiência, participou? ao lado de outros atores do setor? e propôs diversos pontos de avaliação.

No entanto, nenhuma das mais de 200 contribuições recebidas pela Conitec foram sinalizadas como aceitas ou disponíveis para diálogo quanto a aplicação.

Do ponto de vista metodológico, vários países ainda estão em dúvida quanto à utilização do limiar como um todo, porque este não é um cálculo simples. Especialistas em farmacoeconomia, países que já implementaram a metodologia e a própria Organização Mundial da Saúde (OMS) ainda divergem sobre sua utilização. A medida é usada em larga escala em poucos países. Para o Brasil, o cálculo requer dados que nem sequer existem por aqui, como o histórico de eficiência de tecnologias anteriores. Além disso, é preciso considerar as complexidades de um país com dimensões continentais. Quais são as necessidades do nosso país? E qual é a disponibilidade de recursos que o País tem? Atualmente, cerca de 165 milhões de pessoas dependem do SUS, de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

Portanto, a avaliação criteriosa do impacto que a proposta aprovada vai gerar é importante para não reduzirmos a discussão a raciocínios simplistas e muito

Continuação: A inovação precisa avançar

preocupantes, como qual vida vale mais ou menos.

Em estudo recente realizado pela **Interfarma** em parceria com a consultoria Moka Info, foi feita uma análise histórica das decisões da Conitec para entender qual teria sido o impacto do limiar proposto nas decisões realizadas entre janeiro de 2015 a junho de 2022. Caso tivesse sido aplicado nas decisões analisadas, mais de 260 mil pacientes teriam deixado de ter acesso aos seus tratamentos.

A Constituição federal é muito clara: saúde é um direito de todos e um dever do Estado. Nós não podemos permitir, enquanto representantes do setor da saúde e enquanto sociedade, que o governo reduza o acesso da população a medicamentos por uma questão financeira. Precisamos, evidentemente, tentar entender como podemos adaptar e reduzir esse impacto orçamentário, mas a saúde precisa ser vista como um

investimento, não como um gasto.

O uso dos limiares, da maneira como foi proposto, é a pior solução, pois se trata de uma clara barreira no acesso da população às novas tecnologias de saúde que vêm sendo desenvolvidas. E estamos apenas no começo da primeira onda de tecnologias que estão sendo lançadas no mercado e que vão tornar esse desafio mais complexo daqui para a frente, caminhando para a medicina cada vez mais personalizada. Com uma metodologia incerta e critérios de avaliação desconhecidos, a tendência é de aumentar a desigualdade no acesso e prejudicar ainda mais a população brasileira.

PRESIDENTE EXECUTIVO DA **ASSOCIAÇÃO**
DA INDÚSTRIA FARMACÊUTICA DE PES-
QUISA

Como a iniciativa privada pode alavancar descoberta de novos medicamentos

Descobertas científicas, em especial as de novos medicamentos, demandam muita dedicação e estudo, além de recursos naturais e financeiros. Será que temos, no Brasil, todos os ingredientes para essa receita?

Quem já se aventurou na cozinha sabe que seguir uma receita é uma tarefa relativamente simples, ou pelo menos deveria ser. Durante a pandemia, mais especificamente no período de lockdown, todos estavam procurando novas atividades para fazer dentro de casa e, um belo dia, falei para mim mesmo que faria um bolo de laranja.

Impaciente que sou, peguei a primeira receita na internet, juntei todos os ingredientes em cima da pia, uma vasilha e estava pronto para começar. Acrescentei ovos, óleo, açúcar, suco de laranja, fermento e só estava faltando a farinha. Logo ao pegar o saco de farinha e segurá-lo mais firmemente, percebi que apesar do formato da embalagem de papel estar preservado, só o fundo dele se encontrava preenchido por farinha e o resto era ar.

Olhei para a vasilha, já com todos os ingredientes lá, misturados, e eu com apenas um terço da farinha necessária. Como bom brasileiro, segui a boa e velha arte do improvisado. Separei um pouco da mistura numa vasilha menor, misturei, a olho, a farinha que tinha e joguei no forno. Não preciso dizer que todas as proporções estavam erradas e que o bolo, além de fino, estava tão fofo e úmido como uma perna de cadeira. Após 3 horas, estava eu, sentado no chão da cozinha, pedindo um bolo feito corretamente pelo aplicativo de entregas.

Toda essa odisseia culinária se replica na ciência brasileira há décadas. O Brasil tem o principal ingrediente para ser um polo de criação de novos medicamentos: nós temos a maior biodiversidade do planeta. Os chamados medicamentos da bio-

diversidade vêm essencialmente de substâncias presentes em plantas, fungos e animais. Como exemplo podemos citar o captopril, advindo do veneno da jararaca ou a dipirona, extraída da casca do salgueiro. Logo, pode-se imaginar o potencial presente em nossa fauna e flora.

O segundo ingrediente também está presente, que são pesquisadores e centros acadêmicos de qualidade para se realizarem as pesquisas sobre essa biodiversidade. Nesse aspecto, o Brasil tem uma das produções científicas mais prolíferas do mundo. Somos o 13º país com o maior número de publicações do planeta. A maior biodiversidade com uma das maiores produções científicas: a receita está indo bem.

Contudo, quando vamos olhar os resultados dessa soma, vemos que nosso bolo não cresceu. Até hoje apenas dois medicamentos de uso clínico foram totalmente produzidos e registrados no Brasil, o anti-inflamatório Acheflan e o Heleva, para disfunção erétil.

Dessa forma, podemos concluir que faltou farinha na receita, ou seja, faltou o acesso a capital. Analogias culinárias à parte, pesquisas científicas para novos medicamentos são custosas e, no Brasil, tradicionalmente, os investimentos em pesquisa são realizados por programas de fomento governamentais, muitas vezes atrelados às universidades. Tais investimentos precisam ser distribuídos por todo território nacional, em pesquisas de todos os tipos. Tal fato faz com que, muitas vezes, os recursos cheguem devagar, fragmentados e em quantidade insuficiente.

Para solucionar essa lacuna de investimentos, nos últimos anos, chega ao Brasil o conceito de Venture Science: um braço do Venture Capital dedicado a investimentos em pesquisa científica. O nome es-

Continuação: Como a iniciativa privada pode alavancar descoberta de novos medicamentos

pecífico não é à toa. O Venture Science tem um conjunto de regras muito diferente do Venture Capital.

Enquanto um fundo tradicional mede o potencial de uma empresa baseado na sua habilidade de gerar receitas e recursos, uma pesquisa científica é uma grande consumidora de recursos, até ter uma patente valiosa para ser negociada.

Nesse ponto, não se deixe enganar, patentes de novos medicamentos podem facilmente chegar a valer na casa de centenas de milhões de dólares. Em 2021 o mercado de **biotecnologia** atingiu US\$ 1 trilhão, valor maior que o PIB de países como Holanda, Suíça e Argentina no mesmo período.

Com um "exit" tão valioso, há de se questionar porque não investimos nessas pesquisas há mais tempo. A resposta para essa pergunta está na natureza dos próprios fundos, geralmente com equipes formadas por profissionais da área de economia, especializados em olhar números, não tem a expertise necessária para avaliar o potencial e andamento de um trabalho puramente científico.

A MKM Biotech, empresa brasileira de investimentos pioneira em Venture Science, precisou montar uma equipe que conta com profissionais de dupla formação: negócios e medicina, biotecnologia ou farmácia, a fim de identificar boas iniciativas para receber investimentos.

Portanto, o surgimento dessa estrutura permite que cada vez mais investidores e fundos possam investir na cura de doenças, na descoberta de novas vacinas e no bem-estar da população como um todo. Ademais, sinceramente, caso tivéssemos a oportunidade de investir na cura de uma doença que está acometendo uma pessoa querida, quem não o faria? As iniciativas de Venture Science podem tornar o futuro dos medicamentos mais doce do que um bolo de laranja.

*Carlos Zago é CEO da MKM Biotech, empresa de investimentos em venture sciences e biotecnologia

Siga a Bússola nas redes: Instagram | LinkedIn | Twitter | Facebook | Youtube

VEJA TAMBÉM:

CNI quer política para evitar desmantelamento do setor

PAINEL

Brasília

O presidente da CNI (Confederação Nacional da Indústria), Robson Andrade, defendeu para integrantes da equipe do presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva, que o setor precisa de uma política específica para tentar reverter o processo de desindustrialização. Sua principal bandeira é a recriação do ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, extinto por Jair Bolsonaro.

Lula quer indicar Josué Gomes da Silva, hoje presidente da Fiesp, a federação das indústrias de São Paulo, para comandar a pasta. Nos bastidores, presidentes de empresas ligadas à CNI consideram que o cargo deverá ser ocupado por um político. Acreditam, no entanto, que Josué terá papel de avalista do indicado.

Atualmente, a indústria participa com 22% do PIB, e segundo a CNI, responde por 72% das exportações de bens e serviços. Os incentivos fiscais anuais são da ordem de R\$ 33 bilhões.

O agronegócio, que, segundo diretores da CNI, depende da indústria para garantir sua produtividade, opera com R\$ 51 bilhões em incentivos fiscais e o peso do segmento no PIB é de 27%.

A entidade defende que faltam medidas de estímulo e incentivo para que o país entre com o pé direito na era

da indústria 4.0 totalmente conectada à internet e automatizada.

Nas conversas, apresentaram os modelos anunciados por países da União Europeia, Japão, China, Coreia do Sul, dentre outros que preveem não só subsídios, mas políticas públicas para estimular o desenvolvimento de fábricas no país.

Inovação

Outro ponto destacado nas conversas com o time de Lula é a importância do Senai (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial) no desenvolvimento de pesquisas de ponta para as empresas instaladas no país.

Assessores do presidente eleito afirmam que o Instituto de Tecnologia e Inovação do sistema Senai já faturaram quase R\$ 2 bilhões com 1.930 projetos para o desenvolvimento de **patentes** e soluções de problemas da indústria. As empresas aportaram R\$ 1,2 bilhão nesses projetos --um quarto desenvolvido em parceria com universidades e outros centros de pesquisa.

O grupo chinês CTG Brasil, dono da usina de Três Gargantas, é um dos casos de sucesso. A parceria, inicialmente movimenta R\$ 24 milhões para pesquisas na área de armazenamento de energia em grande escala para uma economia de baixo carbono e produção de biocombustível.

Julio Wiziack (interino) com **Paulo Ricardo Martins** e **Diego Felix**

Índice remissivo de assuntos

Patentes

3, 7

Entidades

3

Inovação

5